

VALIAÇÃO DE RESULTADOS DO ACOLHIMENTO FAMILIAR NO PERCURSO ESCOLAR DAS CRIANÇAS ACOLHIDAS

Delgado, Paulo

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto
pdelgado@ese.ipp.pt

Carvalho, João M. S.

Instituto Superior da Maia Morada
jcarvalho@ismai.pt

Pinto, Vânia S.

Psicóloga Clínica na Porta Amiga de Almada – Assistência Médica InternacionalPortugal
vaniasspinto@hotmail.com

Palavras chave: proteção infantil, acolhimento familiar, sucesso escolar

1. Introdução

A inclusão social das crianças e dos jovens depende, em grande medida, da integração e do sucesso escolar, objetivos que são mais difíceis de alcançar quando nos referimos especificamente às que estão abrangidas por processos administrativos ou judiciais de proteção. A educação destas crianças deve ser uma alta prioridade para as equipas técnicas, para quem as acompanha ou acolhe e, obviamente, para a própria escola, de modo a oferecer-lhes maiores hipóteses de desenvolvimento de todo o seu potencial. O sucesso educativo motiva a confiança e a autoestima, e vice-versa (Aldgate, Heath, Colton y Simm, 1999).

O objetivo principal desta comunicação é analisar como o acolhimento familiar, uma das medidas de colocação para as crianças e jovens que têm de ser retiradas das suas famílias, se reflete no seu percurso escolar, de modo a ultrapassar-se o atraso motivado pelo elevado nível de repetições e a melhorar o seu rendimento académico. O sucesso escolar depende em grande medida da possibilidade da criança ter uma «base» positiva e segura e o acolhimento familiar pode assumir esse papel (Wade, 1999).

Os dados que propomos apresentar e discutir foram recolhidos na investigação «O Acolhimento familiar no Distrito do Porto», que procura analisar, na área geográfica em estudo, os traços essenciais da medida, os atores que mobiliza, as diferentes fases e processos das colocações, o grau de satisfação que a experiência proporciona aos acolhedores e quais as implicações que a colocação acarreta para o desenvolvimento das crianças abrangidas (Delgado, Bertão, Timóteo, Carvalho, Sampaio, Sousa, et al., 2013). Metodologicamente, os dados foram recolhidos com a aplicação de questionários, que abarcaram os 289 casos de crianças acolhidas no Porto, a realização de entrevistas a um grupo de 52 famílias de acolhimento, nas suas casas, e com o desenvolvimento de dois grupos focais, com as crianças acolhidas. Este trabalho insere-se no âmbito de actuação do INED, o Centro de Investigação e Inovação em Educação, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto. No distrito do Porto, a área geográfica abrangida pelo estudo, encontravam-se em acolhimento familiar em 2011, mais de metade das colocações familiares de crianças em Portugal (289 num total de 553 crianças).

Entre os principais resultados alcançados destacamos a necessidade de se promover uma comunicação clara e objetiva, uma gestão cuidadosa da informação e um espírito de cooperação entre a família, a escola, a equipa de acolhimento, envolvendo, sempre que possível, a família biológica. A articulação entre a escola e a comunidade, com a mediação da Pedagogia Social, pode ser a matriz orientadora do processo de integração e de promoção do sucesso escolar da criança acolhida e um referente para a política de proteção da infância. Da parte da escola exige-se disponibilidade para acolher e vontade de ajudar, um tratamento especial não discriminatório, cuidadosamente gerido e, porque a escola faz parte da comunidade, uma abertura e uma interação decidida com todas as instituições que, no ambiente ecológico envolvente, possam contribuir para o desenvolvimento da criança. Nestas devemos incluir, à cabeça, as equipas de Acolhimento da Segurança Social, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, as Equipas Multidisciplinares de Apoio aos Tribunais, os estabelecimentos de saúde, outras instituições locais que trabalhem com a infância e a juventude e a própria família biológica, nuclear ou alargada. O educador social pode desempenhar um papel especial no desenvolvimento deste trabalho de mediação sociopedagógica.

Da parte dos acolhedores, é necessário uma sensibilidade especial para os assuntos escolares e para os percursos educativos, dentro e fora da escola, uma aposta na promoção do sucesso da aprendizagem, a disponibilidade para a relação com os professores e outros educadores, para responder de modo imediato aos problemas que surjam, para trabalhar em equipa e para reivindicar da equipa, se tal for necessário. Os acolhedores podem contribuir decisivamente para explicar aos professores o que significa estar acolhido, os motivos subjacentes de certos comportamentos e emoções, e os modos de agir e de ajudar na resolução das dificuldades de comunicação ou de integração. Contudo, a baixa qualificação dos acolhedores, ao nível das habilitações literárias, pode constituir-se como um obstáculo, que terá de merecer uma atenção especial para se poder alcançar aqueles objetivos.

2. O percurso escolar das crianças e jovens acolhidos

Um dos maiores desafios que se coloca ao sistema de proteção da infância é o de garantir o sucesso educativo das crianças que acolhe, especialmente das que são retiradas do seu seio familiar e encaminhadas para centros de acolhimento ou famílias de acolhimento. A Convenção dos Direitos da Criança consagra, nos artigos 28º e 29ºa, o direito à educação e ao desenvolvimento da personalidade, dons e aptidões físicas e mentais de cada criança, até ao seu máximo potencial.

Tradicionalmente, as dificuldades de integração e os maus resultados académicos eram imputados às desvantagens que as crianças mal tratadas transportavam consigo para a instituição escolar. Gradualmente compreendeu-se que a escola contribuía para o fracasso destas crianças quando lhes negava a resposta individualizada e o acompanhamento próximo capaz de assegurar a sua inserção e motivação nos processos de aprendizagem. Uma família de padrão médio luta pelo percurso escolar e pelos resultados dos seus filhos, energia batalhadora que não existe normalmente nos serviços de acolhimento que tutelam as crianças. Esta omissão associa-se à discriminação produzida no contexto escolar para diminuir as hipóteses de sucesso das crianças acolhidas. O sucesso escolar condiciona, mais do que nunca, as hipóteses de integração social, a inclusão no mercado laboral, e as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e cultural. Se entendermos que a educação é, em si mesma, um valor, um espaço de participação e de aprendizagem entre pares, pressupostos de uma sociedade mais justa e solidária, a escola tem de ser um espaço preventivo que recusa e elimina todo e qualquer ato que discrimine ou viole os direitos da criança e que encontra as estratégias adequadas para interpretar e gerir emoções, pensamentos e comportamentos problemáticos, que caracterizam com frequência as crianças acolhidas (Jackson e Sachdev, 2001; Petrie, 2005; Phillips, 2007; Casas e Montserrat, 2009).

Partindo desta evidência, de que a entrada no sistema de acolhimento se encontra associada a uma desigualdade de oportunidades, para seguir itinerários educativos como os da média da população, os sistemas educativos têm o compromisso de reconhecer as crianças acolhidas como um grupo com necessidades especiais, sob pena de lhes negarem a mesma oportunidade de construção do futuro de que dispõem os outros estudantes (Casas, 2010). A proteção não pode traduzir-se, paradoxalmente, no aumento da probabilidade de obtenção de piores resultados (Goyette, 2010).

3. O Acolhimento Familiar no distrito do Porto. Objetivos e metodologia.

O objetivo geral desta pesquisa é caracterizar e analisar as situações de Acolhimento Familiar existentes no Porto. Os objetivos específicos do estudo são descrever detalhadamente o perfil dos protagonistas diretos da medida, determinar as diferentes fases e processos de cada colocação, analisar o grau de satisfação dos acolhedores com a experiência, analisar o grau de satisfação das crianças acolhidas com a experiência, analisar os percursos educativos das crianças em acolhimento familiar e averiguar de que forma o Acolhimento Familiar prolongado pode garantir a segurança e a permanência desejada às crianças acolhidas. Foram abrangidos os casos de acolhimento familiar no âmbito de um processo de promoção e proteção, isto é, na sequência de uma intervenção administrativa ou judicial planificada. Excluíram-se as situações de acolhimento familiar de facto, sem tutela ou supervisão de uma entidade pública de enquadramento, e a colocação familiar tendo em vista a adoção.

Metodologicamente, os dados foram recolhidos pelos membros das Equipas de Acolhimento da Segurança Social no distrito do Porto, responsáveis pelo acompanhamento das colocações, a partir dos dossiers respeitantes a todas as crianças acolhidas em Maio de 2011, num total de 289. A recolha foi complementada pela realização de entrevistas presenciais e individuais com 52 acolhedores nas suas casas, tempo de reflexão e de um olhar sobre o passado e uma previsão sobre

o futuro e sobre o sentimento de pertença e de segurança que o acolhimento oferece. Por fim, realizaram-se dois grupos de discussão com as crianças acolhidas, com a idade e a maturidade necessárias para expressar livremente a sua opinião sobre a experiência do acolhimento, os seus aspetos positivos e negativos, abordando processos e algumas das questões mais controversas. Procurou-se dar voz ao protagonista da medida, escutar as suas opiniões e as suas propostas, numa conversa aberta e fluida.

4. Apresentação e análise dos dados

4.1 Perfil dos acolhedores

As 289 crianças acolhidas em Maio de 2011 provinham de 214 famílias de origem e encontravam-se acolhidas por 167 famílias de acolhimento. Segundo os dados recolhidos a partir dos dossiers das crianças acolhidas, pelos membros das Equipas de Acolhimento da Segurança Social, quem acolhe são famílias constituídas na sua maioria por casais, em 78,9% dos casos, registando-se 20,5% de casos em que a mulher acolhe sozinha e apenas 1 caso de um acolhedor homem singular. A idade dos acolhedores situa-se, na média, nos 54 anos para as mulheres e nos 56 anos para os homens. À idade relativamente elevada associa-se a estrutura familiar nuclear tradicional, pois 93,4% dos agregados familiares têm filhos. Os níveis de escolaridade dos acolhedores são baixos. Uma maioria significativa de 64,5% tem apenas 4 anos de escolaridade e 15,1% tem 6 anos de escolaridade. Um número reduzido de acolhedores tem o ensino secundário ou universitário concluído. As profissões dos acolhedores refletem o baixo nível de escolaridade. No caso das mulheres, 63,9% são domésticas, 6% reformadas e 6% pensionistas. No caso dos homens 23,3% são reformados, 8,4% trabalham na construção civil, 5,4% são desempregados e 4,2% são pensionistas.

Em suma, estamos face a um grupo de acolhedores que constituem famílias nucleares com filhos, numa fase avançada da vida, em que muitos já se encontram na reforma, com baixas qualificações literárias e profissionais.

4.2 Situação escolar das crianças acolhidas

Relativamente à situação escolar, no grupo de crianças acolhidas, apenas 35 não frequentavam a escola. No grupo das crianças que não frequentava a escola, 5 tinham até 3 anos e 17 tinham mais de 17 anos de idade, ou seja, um pequeno grupo encontrava-se fora da escolaridade obrigatória pela sua idade reduzida. O outro grupo, de crianças mais velhas, englobará situações que não se encontram abrangidas pelo regime de escolaridade obrigatória, se a definirmos ainda entre os 6 e os 15 anos de idade, apesar da Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, ter recentemente alargado a frequência obrigatória de escola ou centro de formação profissional até aos 18 anos. No grupo das 35 crianças que não frequentavam a escola, só uma, com paralisia cerebral, estava dentro do grupo etário previsto para a escolaridade obrigatória. Havia 16 crianças com idade inferior a seis anos e 18 jovens tinham idade igual ou superior a 17 anos. À data da realização do estudo, apenas 3 crianças se encontravam a frequentar o Ensino Especial, o que corresponde a 1% do total, e 9 a frequentar o Ensino Profissional, o que corresponde a apenas 3,1% do total. Por outro lado, o Ensino Superior era frequentado somente por 6 jovens, correspondentes a 2,1% do total.

Estamos perante um grupo com notórias dificuldades de aprendizagem, produtoras de atraso, do insucesso e do risco de abandono, que aumenta com a idade e compromete o percurso e o sucesso escolar na maioria dos casos. Com efeito, cerca de 60% das crianças acolhidas já tinham experiência de repetição. Neste grupo de crianças, 59 repetiram 1 ano, 47 repetiram 2 anos e 38 repetiram mais de dois anos. Um número significativo de crianças (51) teve experiências de repetição no 1º Ciclo do Ensino Básico, o nível de entrada no ensino obrigatório. Dos dados apurados, é este o nível que se destaca no domínio das retenções, sintoma de uma intervenção precoce deficitária, incapaz de responder de modo imediato às dificuldades manifestadas no início do percurso escolar. Seguem-se as retenções sucessivas no 1.º e 2.º ciclos e, um pouco mais tarde, no fim do 3.º ciclo, o momento de conclusão do Ensino Básico.

4.3 Rendimento escolar atual e no início do acolhimento

A comparação do rendimento escolar à data do acolhimento com o rendimento escolar atual permite aferir a evolução e os resultados obtidos pelas crianças colocadas em acolhimento familiar, conforme se pode observar na Tabela 1.

Tabela nº1. Rendimento escolar atual e no início do acolhimento

Rendimento escolar no início do acolhimento	Rendimento escolar atual					TOTAL
	Não frequentava	Sem problemas	Alguns problemas	Muitos Problemas	Necessidades especiais	
Não frequentava	33	43	27	6	21	130
Sem problemas	0	30	2	0	1	33
Alguns problemas	0	15	18	1	0	34
Muitos problemas	0	12	27	1	2	42
Necessidades especiais	0	0	4	0	8	12
Sem dados	2	10	19	2	4	37
TOTAL	35	110	97	10	36	288

No grupo de 130 crianças acolhidas que não frequentava a escola no início do acolhimento (há uma criança sem dados antes nem depois), o rendimento escolar atual situa-se com maior frequência (33,1%) na categoria sem problemas. Todavia, 20,8% das crianças revelam, no presente, alguns problemas no rendimento escolar, e 4,6% muitos problemas. As necessidades especiais são assinaladas em 16,2% dos casos, enquanto 25,4% não frequentam ainda a escolaridade básica ou já abandonaram o ensino. Neste grupo, a divisão operada resultará de um diversificado conjunto de fatores, nomeadamente, o tipo de maus tratos sofridos antes da colocação, o perfil da própria criança, o contacto que mantém com a sua família de origem e a sensibilidade e preocupação dos acolhedores com o seu sucesso escolar. Os dados apurados reclamam alguma reflexão uma vez que, se associarmos as necessidades especiais, a maioria das crianças apresenta problemas. No grupo de 33 crianças que já frequentava a escola e que não demonstrava problemas de rendimento escolar, a situação mantém-se praticamente inalterada, uma vez que apenas em dois casos surgiram alguns problemas, e um caso foi enquadrado nas necessidades especiais. O acolhimento familiar revela-se, pelo exposto, como um contexto que garante estabilidade, que se traduz neste grupo pela obtenção de um rendimento escolar positivo.

Relativamente ao grupo de crianças que tinha, à data do acolhimento, alguns problemas de rendimento escolar, assinala-se uma evolução positiva, uma vez que 44,1% não têm problemas no presente, face a 52,9% que mantêm alguns problemas de rendimento escolar. Só houve um caso em que a criança passou a ter muitos problemas de rendimento escolar, o que nos permite concluir que a colocação permitiu a progressão do rendimento escolar em quase metade das colocações.

No que se refere ao grupo de crianças que tinha muitos problemas à data do acolhimento, registamos uma evolução ainda mais bem sucedida. De facto, 28,6% não têm, no presente, problemas de rendimento escolar e 64,3% têm apenas alguns problemas. Neste grupo, apenas uma criança manifesta muitos problemas, enquanto outras duas foram integradas na categoria necessidades especiais. Ou seja, verifica-se uma melhoria no rendimento escolar deste grupo, que terá beneficiado particularmente de um contexto familiar de proximidade e de acompanhamento individualizado. Esta evolução positiva também surge documentada no grupo de crianças que integrava, à data do acolhimento, as necessidades especiais, pois 33,3% manifestam no presente alguns problemas. Não obstante a melhoria dos resultados obtidos, que caracterizamos na Tabela anterior, estamos ainda face a um grupo de crianças com dificuldades na construção do percurso escolar desejado, realidade que exige, da parte das instituições de enquadramento e dos próprios acolhedores, um cuidado e uma dedicação especiais relativamente aos assuntos escolares no âmbito do acolhimento familiar.

4.4 Comportamento escolar atual e no início do acolhimento

O comportamento na escola revela outra dimensão da situação escolar das crianças acolhidas, a par do seu rendimento académico. A inexistência de problemas de comportamento é sintoma de uma adaptação à escola e de inclusão num espaço social de enorme importância nos processos de socialização. Por outro lado, o registo de problemas na relação entre pares e/ou com os adultos que

trabalham na escola traduz-se, regra geral, na existência de perturbações cognitivas ou afetivas, que dificultam a aprendizagem e o relacionamento interpessoal.

Tabela nº2. Comportamento escolar atual e no início do acolhimento

Comportamento escolar no início do acolhimento	Comportamento escolar atual				TOTAL
	Não frequente	Sem problemas	Com problemas	Com muitos problemas	
Não frequentava	33	77	15	2	127
Sem problemas	0	75	2	0	77
Com problemas	0	23	8	0	31
Com muitos problemas	0	6	9	1	15
Sem dados	2	24	12	0	38
TOTAL	35	205	46	2	288

Relativamente à evolução até ao presente, o grupo de crianças que não manifestava problemas de comportamento na escola à data do acolhimento mantém genericamente o mesmo padrão, pois apenas 2 crianças manifestam problemas no presente (Tabela 2). Os melhores resultados surgem nos dois escalões seguintes, referentes às crianças que manifestavam, à data do acolhimento, problemas (cerca de 10,8% do total) ou muitos problemas (cerca de 5,2% do total). No primeiro caso, apenas 25,8% demonstram problemas de comportamento, face a 74,2% que não manifestam, no presente, problemas de comportamento. No segundo, 40% não têm problemas atualmente e 60% (só) têm alguns problemas. Nenhuma criança, neste segundo grupo, tem muitos problemas no presente, o que é demonstrativo de uma evolução muito positiva ao nível do comportamento na escola depois da colocação em acolhimento familiar.

Em resumo, o comportamento na escola, à data da recolha dos dados, não indicia problemas para a maioria das crianças acolhidas, apesar da existência de um grupo diminuto com problemas na escola. É sobre estas que deve incidir o foco das atenções no acompanhamento educativo, de modo a garantir a sua integração, sem a qual mais dificilmente conseguirão alcançar o sucesso educativo.

4.5. A perspetiva dos acolhedores e das crianças acolhidas

Com o objetivo de percebermos se durante o processo de acolhimento se verificaram mudanças e a que níveis essas mudanças foram sentidas, solicitamos aos acolhedores, no decurso das entrevistas, o preenchimento de uma escala relativa à avaliação da adaptação da criança no início do acolhimento e na atualidade. Foi pedido aos acolhedores que avaliassem, numa escala de cinco pontos (muito má, má, regular, boa e muito boa) diversos aspetos relativos ao acolhimento. Para cada um desses aspetos os acolhedores deveriam avaliar, por um lado, a situação vivida no início do acolhimento e, por outro lado, a situação atual, para assim podermos comprovar as tendências de mudança. Foram realizados testes Wilcoxon (teste não paramétrico para variáveis ordinais e amostras relacionadas) nas comparações entre o que acontece agora em relação ao que acontecia no início do acolhimento. Neste âmbito, considerando a população das crianças, verificamos a existência de uma evolução estatisticamente significativa, ou seja, em que a situação atual é percecionada, pelos acolhedores, como melhor relativamente ao que acontecia no início do acolhimento, nas seguintes variáveis: relação entre a criança e o acolhedor ($Z = 2,294$; $p < 0,05$); saúde da criança ($Z = 4,096$; $p < 0,001$); bem-estar psicológico da criança ($Z = 4,261$; $p < 0,001$); relações sociais da criança com os amigos ($Z = 2,888$; $p < 0,01$); comportamento da criança em casa ($Z = 3,943$; $p < 0,001$); motivação da criança para o estudo ($Z = 3,270$; $p < 0,01$); rendimento académico da criança ($Z = 3,012$; $p < 0,01$) e comportamento da criança na escola ($Z = 2,795$; $p < 0,01$).

No ponto de vista das crianças, expresso nos grupos focais, sublinhamos o modo tendencialmente negativo como avaliam a relação com a família de origem, descrita como distante, inconstante e associada a memórias de maus tratos. Foi igualmente manifestado o desejo de terem uma voz mais ativa nas decisões relativas ao seu percurso no sistema de proteção, terem mais informação sobre a família de acolhimento e sobre o lugar para onde vão viver, que escola vão

frequentar, em suma, poderem participar na definição e nas alterações da medida de acolhimento familiar.

A integração na família de acolhimento é avaliada de modo positivo, como um espaço de bem-estar, de desenvolvimento e de segurança, onde a maioria gostaria de permanecer. Apesar destes resultados, alguns expressam sentimentos de insegurança e instabilidade quanto ao futuro que se relacionam com a transição para a independência, a incerteza quanto à retaguarda familiar futura com o fim do acolhimento familiar e com o falecimento dos acolhedores. A possibilidade de adoção por parte dos acolhedores é inclusivamente sugerida como um meio que pode contribuir para diminuir a incerteza associada ao carácter temporário da medida.

5. Considerações finais

Os resultados obtidos apontam para uma evolução muito positiva da criança acolhida no âmbito escolar, que se regista com a comparação entre o momento de entrada no acolhimento familiar e a data de recolha dos dados. O acolhimento familiar surge como um contexto apropriado para promover o desenvolvimento global do grupo de crianças colocado nesta medida. Os impactos positivos do acolhimento familiar no desenvolvimento das crianças parecem sugerir que uma intervenção precoce, desenvolvida com crianças em situação de vulnerabilidade, poderá contribuir para uma evolução mais favorável do rendimento escolar. Para a prática, assinalamos diversas implicações. Desde logo, apostar num trabalho de parceria efetiva entre os acolhedores, a escola e a equipa de acolhimento, envolvendo, sempre que possível, a família biológica da criança acolhida. O tópico da educação deve estar incluído nos processos de seleção, no processo formativo inicial e contínuo dos acolhedores e dos membros das equipas de acolhimento.

As questões educativas têm que ser uma preocupação central no percurso destas crianças no sistema de proteção, exigem uma comunicação efetiva, a partilha de dificuldades e de problemas e a construção, em equipa, de processos concretos que eliminem a discriminação, reduzam a desigualdade de oportunidades e ofereçam à criança acolhida uma possibilidade de inclusão e de sucesso. É essencial procurar determinar as causas que levaram, nalguns casos, à manutenção ou agravamento dos problemas de rendimento escolar ou de comportamento na escola. Só deste modo será possível garantir a um maior número de crianças acolhidas a possibilidade de viverem num espaço familiar, na companhia de acolhedores que estejam comprometidos, que sejam competentes e disponíveis, que lhes proporcionem o exercício dos direitos que lhes pertencem e que o meio social envolvente tem a obrigação de assegurar.

6. Referências bibliográficas

- Aldgate, J., Heath, A., Colton, M. y Simm, M. (1999). Social Work and the education of children in foster care. In M. Hill (Edit.), *Signpost in fostering. Policy, practice and research issues* (pp.269-285). London: BAAF.
- Casas, F. y Montserrat, C. (2009). Sistema educativo e igualdad de oportunidades entre los jóvenes tutelados: estudios recientes en el Reino Unido. *Psicothema*, 21(4), 543-547.
- (2010). Representaciones sociales que influyen en las políticas sociales de infancia y adolescencia en Europa. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 17, 15-28.
- Delgado, P., Bertão, A., Timóteo, I., Carvalho, J., Sampaio, R., Sousa, A., Alheiro, A. y Vieira, I. (2013). *Acolhimento Familiar de Crianças. Evidências do presente, desafios para o futuro*. Porto: Profedições.
- Goyette, M. (2010). El tránsito a la vida adulta de los jóvenes atendidos desde los servicios sociales. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitaria*, 17, 43-56.
- Jackson, S. y Sachdev, D. (2001). *Better education, better futures. Research, practice and the views of young people in public care*. Ilford: Barnardo's.
- Petrie, P. (2005). Schools and support staff: applying the European pedagogic model. *Support for Learning*, 20 (4), 176-180.
- Phillips, R. (2007). The need for information on how the attachment difficulties of adopted and looked after children affect their schooling. *Adoption & Fostering*, (31), 3, 28-38.
- Wade, J. (1999). Developing leaving care services. In M. Hill (Edit.), *Signpost in fostering. Policy, practice and research issues* (pp.46-66). London: BAAF.